

Editorial

NO BANCO DOS RÉUS

Em outubro último, o Banco Central considerou procedentes 2.607 reclamações feitas contra cinco instituições financeiras de grande porte. O volume é 14,20% maior do que o total de reclamações de setembro, que, por sua vez, já foi maior do que o de agosto.

As reclamações referem-se apenas àquelas relativas ao descumprimento de normas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional ou pelo BC. Não comportam, por exemplo, as queixas de demora no atendimento, que obedecem a regras fixadas pelos municípios.

Todos aqueles bancos possuem mais de 1 milhão de clientes. O levantamento também compreende os bancos com menor clientela. Para obter o índice, o BC considera as reclamações procedentes divididas pela quantidade de clientes multiplicada por 100 mil.

As reclamações se repetem mês a mês. A maior parte delas se refere a débitos não autorizados feitos nas contas-correntes dos clientes. A cobrança indevida de tarifas por serviços não contratados constitui outra grande fonte de queixas dos correntistas.

Apesar dos esforços do BC para equilibrar as relações entre esses prestadores de serviços financeiros e seus clientes, predomina a assimetria entre um e outro. Os bancos são quase sócios de seus clientes, operando suas contas-correntes como se estas fossem deles.

Débitos e cobranças indevidas são consequência dessa autonomia. Sendo assim, não é o banco que é parceiro de seu cliente, embora o faça acreditar nisso e eventualmente o valha, mas a instituição financeira é que tem milhares de parceiros fiéis.

Nem todos os clientes reclamam da prestação de serviço que recebem. A maioria não tem consciência de seus direitos de consumidor. Os organismos de recepção de queixas não são acessíveis como deveriam. Outras vezes, os valores implicados não justificam o esforço.

Os brasileiros não têm a cultura da reclamação formal. Isso só agora vem se desenvolvendo, com o crescimento da consciência de cidadania.

SEMPRE EDITORA LTDA

FUNDADOR	Vittorio Mediolí
PRESIDENTE	Laura Mediolí
VICE-PRESIDENTE	Luiz Alberto de Castro Tito
DIRETOR EXECUTIVO	Heron Guimarães
DIRETOR FINANCEIRO	Marcos de Oliveira e Souza

GERENTE COMERCIAL	EDITORIA EXECUTIVA
Fabiano Guerra	Lúcia Castro
GERENTE DE TECNOLOGIA	SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Fábio A. Santos	Michele Borges da Costa
GERENTE INDUSTRIAL	ADJUNTO DA SECRETARIA DE REDAÇÃO
Guilherme Reis	Murilo Rocha
GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	CHEFE DE REPORTAGEM
Walmir Prado	Renata Nunes
GERENTE DE MARKETING	EDITORES
Alessandra Soares	Opinião: Victor de Almeida
GERENTE DE CIRCULAÇÃO	Economia: Karlon Aredes
Isabel Santos	Política: Carla Kreeft
GERENTE DE ASSINATURAS	Magazine: Silvana Mascagna
Maria Beatriz Braga Rocha	Brasil/Mundo/Interessa: Carla Chein
	Esportes: Denner Taylor
	Cidades: Marina Schettini
	Primeira: Frederico Duboc
	Fotografia: Rejane Araújo

O.PINIÃO

Duke



www.dukechargista.com.br



FÁTIMA OLIVEIRA
Médica
fatimaoliveira@ig.com.br

Urge sensibilizar candidaturas ao Executivo para compromisso com o SUS

Quem não sabe do que o povo precisa não merece ser eleito!

Nas campanhas eleitorais, causa indignação o tanto que os candidatos a cargos executivos (prefeitos, governadores e presidente da República) e seus marqueteiros não sabem o que é o Sistema Único de Saúde (SUS) e o desconhecem como a política nacional de saúde garantida na Constituição Federal de 1988 – uma política de Estado!

Se soubessem, teriam apenas um compromisso: universalizar o SUS! Nem mais, nem menos! Como desconhecem, se danam a prometer “coisas” no varejo, como se não houvesse uma diretiva nacional a seguir: o SUS, a política de saúde mais ampla e completa de um país no mundo!

Um caso exemplar é o do Maranhão. A eterna governadora Roseana Sarney e o seu vice do PT, vulgo Luiz Macaxeira, dizendo ser o maior “programa” de saúde da história do Maranhão, inventaram o Saúde é Vida (olha a tolice: trocar política de Estado por programa!), cujo carro-chefe seria a construção de 72 hospitais, com abertura de 1.944 leitos. Nem metade dos prometidos existe! E os inaugurados, com problemas de diferentes ordens, como disse Martins Costa Neto (PRB), prefeito de São Félix de Balsas: “Eles construíram um hospital de grande porte para um município de pequeno porte. Além disso, sempre atrasam o repasse dos recursos, repasse que já não é suficiente para manter aquele elefante branco” (“Mais um prefeito desmascara farsa do Saúde é Vida”, 12.9.2013).

Ai, meus saís! Uma canseira a tosquice dessa gente que se dana a prometer UPAs a granel, ambulâncias e UTIs-

cegonha e hospitais a granel, despudoradamente, como se não houvesse uma política nacional de saúde à espera de implantação/implementação e sem considerar que é a partir dos princípios do SUS que resolveremos, paulatinamente, os entraves à atenção à saúde de modo digno.

É emergencial uma alfabetização em SUS! Carmen Teixeira, em “Os princípios do Sistema Único de Saúde”, escreveu: “O SUS pode ser entendido, em primeiro lugar, como uma ‘Política de Estado’, materialização de uma decisão

Causa indignação que candidatos a prefeito, governador e presidente não saibam o que é e desconheçam o SUS como política nacional de saúde

adotada pelo Congresso Nacional, em 1988, na chamada Constituição cidadã: ‘Saúde, direito de todos, dever do Estado’.

E continua: “O SUS assume e consagra os princípios da universalidade, equidade e integralidade da atenção à saúde da população brasileira, o que implica concebê-lo como ‘imagem-objeto’ de um processo de reforma do sistema de saúde ‘herdado’ do período anterior, um ‘sistema de saúde’ capaz de garantir o acesso universal da população a bens e serviços que garantam sua saúde e bem-estar, de forma equitativa e integral... Aos princípios ‘finalísticos’, que dizem respeito à natureza do sistema

que se pretende conformar, agregam-se os ‘princípios estratégicos’: as diretrizes políticas, organizativas e operacionais que apontam ‘como’ deve vir a ser construído o ‘sistema’ que se quer conformar, institucionalizar. Tais princípios são a descentralização, a regionalização, a hierarquização e a participação social. A universalidade, portanto, é um princípio finalístico, ou seja, é um ideal a ser alcançado... Para que o SUS venha a ser universal, é preciso se desencadear um processo de universalização”.

Compromisso com o SUS é a promessa de universalizar suas ações. O resto é firula! É desconfiar de candidaturas que prometem “coisas” a granel, demonstrando a mais completa e absoluta ignorância das questões de saúde da cidade, do Estado e do país que querem governar.

Quem não sabe do que o povo de fato precisa não merece ser eleito!

